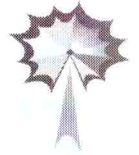




Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Departamento Municipal de Previdência dos Servidores
Públicos do Município de Porto Alegre - PREVIMPA



Conselho de Administração

ATA 04/2019

1
2
3 Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas
4 e quinze minutos, no prédio do Previmpa sito à Rua Uruguai número duzentos e
5 setenta e sete, décimo quarto andar, teve início a quingentésima octogésima sexta
6 reunião ordinária do Conselho de Administração do Previmpa. Na verificação do
7 quórum, estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Adroaldo Bauer
8 Spindola Correa, Adroaldo Rossetto Fontanella, Alexandre Dias Abreu, Edmilson
9 Todeschini, Flávia Pereira da Silva, Jeferson Miola, Julio Cesar dos Passos, Lucimar
10 Rodrigues de Souza, Marilena Ruschel da Cunha, Mario Fernando Antonio da Silva,
11 Pedro Luis da Silva Vargas, Regis Hoffmann, Rogério dos Santos Colpes, Silvia
12 Rejane Mielniczuk de Moura e Valdemir de Souza Estran. Na ausência do titular,
13 assumiram a titularidade os suplentes Antônio Renato Marrone, Carin Cecilia da Rosa
14 Carvalho, Daniela Silveira Machado, Rosane Sulzbach e Monica Urroz Sanchotene. A
15 sessão foi dirigida pelo Presidente Edmilson Todeschini, com a secretária Lucimar
16 Rodrigues de Souza. EXPEDIENTE-ITEM UM: Apreciação das Atas nº 01/2019,
17 02/2019 e 03/2019. Foram apreciadas as Atas, ficando decidido aprovar as Atas
18 01/2019 e 02/2019. Quanto à Ata n. 03/2019, ficou decidido adiar a apreciação, para
19 que todos possam verificar as alterações propostas, ficando a aprovação da Ata
20 03/2019 para a sessão da próxima semana. EXPEDIENTE-ITEM DOIS – Informes:
21 A conselheira Lucimar informou que estará em férias pelo período de 30 dias e por
22 essa razão não poderá estar presente nas reuniões do CAD durante o mês de fevereiro.
23 O Presidente Edmilson informou que o texto revisado do Regimento Interno foi
24 enviado aos conselheiros com erro em um dos artigos, devido a um equívoco
25 revisional, problema alertado pela conselheira Flávia. Sendo corrigido o problema, o
26 Regimento Interno foi novamente remetido aos conselheiros. Informou também que
27 estará em férias no período de 11 a 28 de fevereiro, que neste período o Vice-
28 Presidente Rogério Colpes responderá pela presidência do Conselho. O conselheiro
29 Adroaldo Correa informou acerca da queda das ações da empresa Vale do Rio Doce,
30 após o rompimento da barragem da mineradora em Brumadinho/MG. O conselheiro
31 Rogério Colpes informou que servidores da Câmara Municipal estão tendo
32 dificuldades com seus requerimentos de aposentadoria, alguns tendo que retornar ao
33 trabalho, porque o Previmpa não está concedendo aposentadoria em razão de diferença
34 no cálculo de incorporações de função gratificada. Sobre o informe do conselheiro
35 Rogério, a conselheira Carin esclareceu que o Previmpa decidiu parar de conceder as
36 aposentadorias em julho de 2018, em razão da necessidade da Procempa realizar uma
37 parametrização no sistema, pois não se tinha segurança quanto à possibilidade da

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page]

38 concessão conter erro. Neste momento, a Procempa está realizando a parametrização
39 e, quando estiver concluída, serão retomadas as concessões para os servidores da
40 CMPA. Ainda sobre este assunto, o conselheiro Alexandre solicitou que o Conselho
41 seja informado sempre que ocorrerem problemas como este que está ocorrendo com a
42 aposentadoria dos servidores da Câmara Municipal. ORDEM DO DIA-ITEM UM:
43 Apreciação do parecer do conselheiro Alexandre, relator do processo
44 009.000964.17.4, que trata da prorrogação do contrato de locação do 5º andar da Sede
45 da Rua Uruguai, 277. O conselheiro Alexandre procedeu a apresentação do seu
46 parecer, realizando a leitura e destacando que a prorrogação deste contrato se dará por
47 mais 12 meses. Salientou que a prorrogação será sem reajuste, mantendo -se o valor
48 mensal atual de R\$ 20.747,04, e que todos os trâmites necessários para a prorrogação
49 foram realizados. Concluiu seu parecer posicionando-se favorável à assinatura do
50 Termo Aditivo de prorrogação. Em seguida, foi aberto para questionamentos e
51 manifestações. O Presidente Edmilson afirmou que a questão dos aluguéis deve ser
52 tratada vinculada à questão da obra da nova sede, e que o CAD deve retomar o assunto
53 da reforma, para que não caia no esquecimento. O conselheiro Vargas declarou que as
54 renovações de contratos de locação são uma realidade com que o departamento
55 convive mesmo após a aquisição da nova sede e delas dependerá até a mudança para o
56 edifício da Rua Gen. João Manoel, pois não se mostram plausíveis outras opções.
57 Entende que é fundamental o empenho da administração da entidade e dos demais
58 atores envolvidos, para que as obras de adequação do novo prédio transcorram com a
59 celeridade que se mostra necessária. Observou que as negociações para as renovações
60 dos referidos contratos devem se adequar ao cronograma da mencionada obra, bem
61 como aos valores de mercado. O conselheiro Estran lembrou das renovações
62 anteriores, quando inclusive se conseguiu reduzir o valor dos contratos. Salientou que
63 é necessário pagar conforme o mercado, portanto o Departamento deve sempre
64 procurar reduzir os valores, que na sua opinião são muito elevados, e que existem
65 muitos outros espaços disponíveis para locação na área central da cidade. Concluiu
66 propondo que o CAD se manifeste no sentido do Departamento sempre buscar a
67 redução. O conselheiro Antônio Renato declarou que existem índices de correção
68 previamente estabelecidos, inclusive previstos nos contratos, que o mercado se baseia
69 nestes índices de correção, e que muitas vezes não se consegue negociar. A
70 conselheira Daniela informou que a empresa Frame Engenharia já está instalada na
71 nova sede e os trabalhos de reforma estão sendo feitos desde o início do mês. O
72 conselheiro Alexandre disse concordar com as manifestações e propôs que se coloque
73 um indicativo na aprovação desta prorrogação para que na próxima prorrogação se
74 busque reduzir os valores com os proprietários. A conselheira Rosane afirmou que
75 concorda com as manifestações, porém que uma mudança de local em razão de não se
76 chegar a um acordo com os proprietários, além de muito caro, seria um transtorno, o
77 que deve ser levado em consideração. Após, não havendo mais considerações a fazer,
78 o Presidente propôs a votação do parecer do conselheiro Alexandre, favorável à
79 prorrogação, mas que conste nesta aprovação a ressalva proposta pelos conselheiros
80 Alexandre e Estran, para que na próxima prorrogação, se houver, caso não ocorra a

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'C. Silva', 'Estran', 'Vargas', 'Daniela', 'Rosane', and 'Alexandre'.

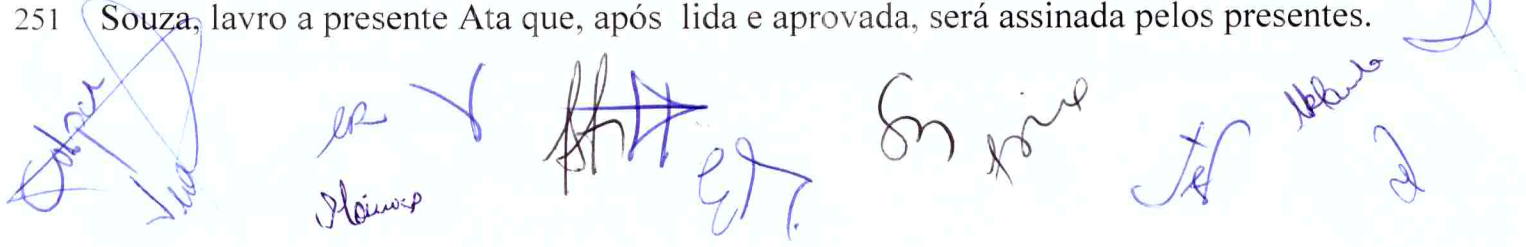
124 conselheiro Jeferson ponderou que em seu entendimento o assunto ainda não está em
125 condições de ser apreciado pelo Conselho, que a decisão ainda tem consequências
126 prática, portanto o que é possível fazer é pressionar a Câmara Municipal, nos
127 manifestar contrários à qualquer proposta da Administração Municipal neste sentido e
128 como servidores exercer algum movimento junto à CMPA. Em seguida, a conselheira
129 Rosane solicitou à Mesa o envio por e-mail do texto do Acórdão do TJ-RS. O
130 Presidente informou que será acatada a solicitação. O conselheiro Vargas disse
131 concordar com o conselheiro Jeferson, quanto ao fato de não se conhecerem os atos
132 práticos do Governo Municipal a partir da decisão, entretanto entende ser prudente
133 dirigir questionamentos e alertas à Direção Geral. O conselheiro Alexandre afirmou
134 não concordar que não existe fato concreto, entende que o CAD deve se posicionar,
135 esperar pode provocar um movimento tardio, sugerindo a criação de uma comissão
136 para trabalhar nesta questão. O conselheiro Jeferson declarou que devem então ser
137 acionadas as entidades representativas dos servidores, portanto propôs que se envie
138 manifestação do CAD para estas entidades, alertando das consequências da decisão. O
139 conselheiro Alexandre disse concordar, porém apresentou proposição para que sejam
140 alertados a todos, Direção-Geral, Executivo Municipal e entidades representativas.
141 Dessa forma, o Presidente Edmilson propôs a realização de votação em dois turnos,
142 primeira votação para decidir sobre a designação de uma comissão para trabalhar na
143 minuta de manifesto do Conselho, e uma segunda votação para decidir para quais
144 entes será encaminhado o manifesto. Realizada a primeira votação, foi aprovada por
145 unanimidade, 20 votos, a elaboração de uma manifesto acerca dos riscos e
146 consequências da alteração na legislação dos regimes de trabalho. Após, foi realizada
147 a segunda votação, na qual foi aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis contra 05 (
148 cinco) contrários o envio do manifesto a todos os entes citados, Direção-Geral,
149 Governo, CMPA e entidades representativas dos servidores. Em seguida, foi
150 consultado o colegiado para indicação dos conselheiros que formarão a comissão que
151 elaborará uma minuta de manifesto. Dessa forma, restou deliberado que formarão a
152 comissão os conselheiros Alexandre e Edmilson, com a finalidade de elaborarem um
153 manifesto dirigido ao Executivo Municipal e às entidades de servidores alertando
154 acerca dos riscos e impactos da eventual alteração do Estatuto dos Servidores e dos
155 Planos de Carreira no que tange à carga horária. A minuta de manifesto deverá ser
156 enviada previamente por e-mail a todos os conselheiros e será lida e apreciada na
157 sessão do dia 05 de fevereiro. ORDEM DO DIA-ITEM TRÊS: Discussão e
158 deliberação sobre posicionamento do CAD a respeito da Lei que instituiu o
159 POAPREV, proposição do conselheiro Jeferson Miola. O conselheiro Jeferson,
160 proponente do item de pauta, deu início ao debate, que a sanção do Prefeito à lei que
161 criou o Poaprev exige um posicionamento do Conselho em razão da possibilidade de
162 prejuízo futuro ao Departamento. Afirmou que o Poaprev não é o remédio que irá
163 resolver o problema previdenciário, portanto o Conselho deve alertar para os riscos e
164 consequências. Entretanto, entende que o Conselho revise o entendimento sobre a
165 matéria, sugerindo reabrir a discussão para avaliar se o entendimento do Conselho
166 permanece vigente, bem como sugere realizar ações para mobilizar novamente o

Colpuz
Vargas
Alexandre
Edmilson
Jeferson
Miola
Rosane
Presidente

167 debate. O conselheiro Adroaldo propõe que se promova o debate sobre este novo
168 órgão, concorrente do Previmpa, que irá diminuir o nosso aporte mensal no fundo
169 capitalizado. O Presidente manifestou seu desagrado, pois na página inicial do site do
170 Previmpa consta foto dos vereadores Moises Barbosa e Mauro Pinheiro,
171 comemorando a aprovação da Previdência Complementar, evidentemente contrária
172 aos propósitos do Previmpa. A referida publicação evidencia a invasão de outras
173 instâncias de governo no comando da propaganda previdenciária. Enfatizou a evidente
174 inconveniência do incremento da previdência complementar para a economia de
175 dinheiro público. Afirmou que causará mais despesas do que economia. Em
176 consequência sugeriu a elaboração e apreciação em sessão futura de manifesto dirigido
177 ao Prefeito orientando pela revogação da lei instituidora da previdência complementar.
178 O conselheiro Vargas declarou que o Poaprev já existe legalmente, que não tem
179 conhecimento de que tal modalidade de previdência tenha garantido bons resultados
180 tanto aos trabalhadores quanto à Administração Pública e aos contribuintes e que cabe
181 ao Conselho manter os alertas acerca da inconveniência da aplicação desse sistema.
182 Lembrou que dentre os cenários apresentados na argumentação para embasar a
183 viabilidade da criação do Poaprev, ainda no período das discussões no âmbito do
184 Conselho, constaram a possibilidade de adesão de substancial quantidade de
185 servidores vinculados ao regime de capitalização e a nomeação anual de trezentos e
186 cinqüenta novos concursados. Salientou que nenhum dos casos se podem vislumbrar,
187 porquanto não se conhecem servidores que antecipadamente manifestem interesse na
188 migração, bem como não se tem notícias de novos concursos. A conselheira Rosane
189 ponderou que, em uma visão mais macro, tecnicamente o Poaprev não é ruim, o
190 problema é que, historicamente, no Brasil costuma não dar certo. Destacou que no
191 Chile, apenas o trabalhador contribui para a previdência, o empregador não contribui
192 mais e isso também não vem dando certo, o que demonstra que a proposta do Poaprev
193 parece ser melhor. A conselheira Mônica declarou que com as terceirizações e a
194 diminuição de ingresso de servidores farão com que não seja possível formar massa de
195 contribuição e isso é necessário que seja alertado a todos. Concluiu que esteve
196 presente nas apresentações do projeto do Poaprev e que era vendida a ideia de “pílula
197 dourada”, de que seria um ótimo negócio para os servidores, portanto é necessário que
198 todos sejam alertados das consequências. O conselheiro Colpes lembrou que foi falado
199 no Conselho que havendo aumento da alíquota e havendo aumento da idade mínima
200 não seria necessário o Poaprev, destacando que entende ser contraditório que hoje
201 temos a criação do Poaprev como solução. Em seguida, o Presidente propôs que seja
202 formada uma comissão para elaboração da minuta de manifesto para ser apreciada na
203 próxima sessão. Questionado o colegiado, ficou decidido realizar votação. Concluída
204 a votação, por 11 (onze) votos favoráveis, 04 (quatro) contrários e 05 (cinco)
205 abstenções, ficou decidido que a comissão será formada pelos conselheiros Jeferson e
206 Edmilson com a finalidade de elaborarem um manifesto dirigido à Direção-Geral e ao
207 Prefeito Municipal, para ser apreciado na próxima sessão, alertando acerca da
208 inconveniência da implantação da Previdência Complementar ao erário municipal e
209 solicitando que seja imediatamente revista a decisão, com o envio de Projeto de Lei à

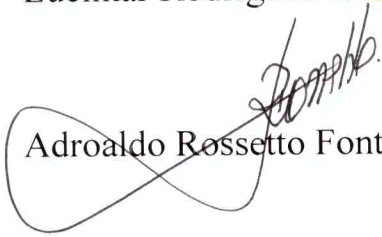
Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like Colpes, Mônica, Jeferson, Edmilson, and others.

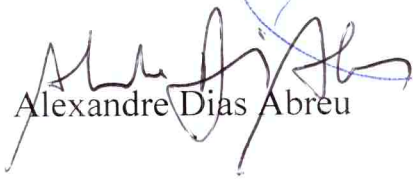
210 Câmara para a revogação da lei instituidora. Posteriormente, o Presidente emitiu
211 proposta para que o Conselho faça alerta aos municipais para não aderirem ao
212 Poaprev. O conselheiro Adroaldo Correa sugeriu que o CAD se manifeste diretamente
213 ao seu contribuinte, que é o servidor, para o qual devemos informações objetivas, e
214 que se providencie a publicação em veículo de comunicação. A conselheira Mônica se
215 dispôs a fazer uma minuta de texto, com base no manifesto anterior do CAD, para ser
216 encaminhada a todos os servidores. Em seguida, o Presidente propôs novamente
217 votação, para decidir acerca do alerta aos servidores para a não adesão ao Poaprev.
218 Com a concordância do colegiado, foi realizada a votação. Apurados os votos, foi
219 aprovada a proposição, por 11(onze) votos favoráveis, 04 (quatro) contrários e 05
220 (cinco) abstenções. Após, a conselheira Sílvia ponderou que este documento
221 direcionado aos servidores se trata de um desdobramento dos outros dois manifestos e
222 que portanto, em seu entendimento, poderia ficar para um momento posterior. Frente à
223 manifestação da conselheira Sílvia, o Presidente propôs nova votação, para decidir se
224 o alerta aos servidores para não adesão ao Poaprev ficará para um momento posterior.
225 Realizada a votação e apurados os votos, foram totalizados 10 (dez) votos favoráveis e
226 10 (dez) votos contrários, ficando decidido deixar para momento posterior o envio de
227 alerta aos servidores, para não adesão ao Poaprev. ORDEM DO DIA-ITEM
228 QUATRO: Discussão acerca das adequações necessárias para a certificação Pró-
229 Gestão/RPPS. Em razão do adiantado do horário, ficou decidido adiar a discussão
230 deste item para a próxima sessão. ORDEM DO DIA-ITEM CINCO: Discussão a
231 respeito da reincidência do conceito de que há um “rombo” na previdência municipal,
232 proposição do Conselheiro Adroaldo Bauer Correa. Em razão do adiantado do horário,
233 ficou decidido adiar a discussão deste item para a próxima sessão. ORDEM DO DIA-
234 ITEM SEIS: Definição de pauta para a próxima reunião. Antes de definir a pauta da
235 próxima sessão, o conselheiro Valdemir Estran pediu a palavra para informar da sua
236 decisão de solicitar desligamento do Conselho. O conselheiro relatou a situação
237 pessoal e profissional que se encontra, justificando sua decisão. Por essa razão,
238 constou registrado em Ata sua solicitação de desligamento do Conselho e renúncia ao
239 mandato de conselheiro eleito. Ficou decidida a pauta para a próxima reunião
240 ordinária, marcada para o dia 05 de fevereiro de 2019, da seguinte forma: I –
241 Aprovação do calendário das sessões de 2019; II - Discussão e deliberação sobre o
242 manifesto cujo texto foi proposto pelos conselheiros Alexandre e Edmilson, sobre a
243 ADIN da carga horária dos servidores; III – Discussão e deliberação sobre a manifesto
244 cujo texto foi proposto pelos conselheiros Jeferson e Edmilson, sobre a previdência
245 complementar; IV - Discussão acerca das adequações necessárias para a certificação
246 Pró-Gestão/RPPS. V- Discussão a respeito da reincidência do conceito de que há um
247 “rombo” na previdência municipal, proposição do Conselheiro Adroaldo Bauer
248 Correa. VI - Definição de pauta para a próxima reunião. Outros itens sugeridos até o
249 dia 31 de janeiro de 2019. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Edmilson
250 Todeschini encerrou a sessão às 11 horas e 40 minutos e eu, Lucimar Rodrigues de
251 Souza, lavro a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.



252 
Lucimar Rodrigues de Souza – Secretário


Adroaldo Bauer Spindola Correa


253 
Adroaldo Rossetto Fontanella

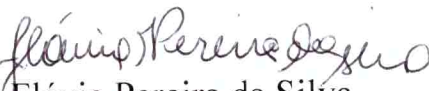

Alexandre Dias Abreu

254 
Antônio Renato Marrone


Carin Cecília da Rosa Carvalho

255 
Daniela Silveira Machado

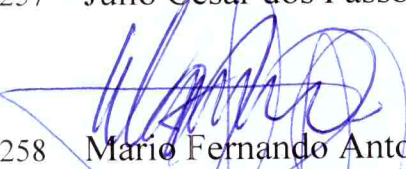

Edmilson Todeschini

256 
Flávia Pereira da Silva

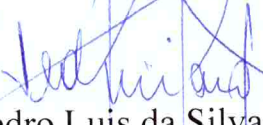

Jeferson Miola

257 
Julio Cesar dos Passos

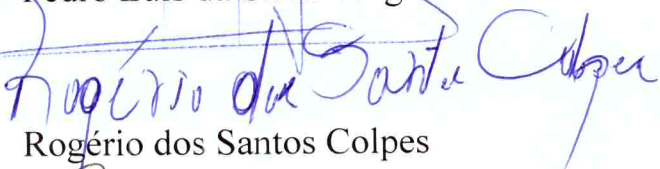

Marilena Ruschel da Cunha

258 
Mário Fernando Antonio da Silva


Monica Urroz Sanchotene

259 
Pedro Luis da Silva Vargas


Regis Hoffmann

260 
Rogério dos Santos Colpes


Rosane Sulzbach

261 
Silvia Rejane Mielniczuk de Moura


Valdemir de Souza Estran

